

## PE-177 - COBERTURA VACINAL APÓS A PANDEMIA DA COVID-19: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Maria Eduarda Velho Tietböhl<sup>1</sup>, Júlia Corrêa Michelin<sup>1</sup>, Fabiana Viana da Silveira<sup>1</sup>

1. Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

**Introdução:** O Programa Nacional de Imunização (PNI) do Brasil é reconhecido mundialmente por seu amplo calendário vacinal, em todos os ciclos de vida. Em todo o mundo, no ano de 2020, potencializada pela COVID-19 ocorreu a queda da cobertura vacinal, 23 milhões de crianças não receberam as vacinas de rotina, representando 3,7 milhões a mais do que em 2019, deixando-as em risco de contrair doenças evitáveis, como o sarampo. Para que haja a erradicação, a eliminação ou o controle de doenças imunopreveníveis, a OMS recomenda cobertura vacinal de 95% para a maioria das vacinas. **Objetivos:** Fazer uma revisão bibliográfica sobre a cobertura vacinal após a COVID-19. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada através da busca sistemática nas principais bases de dados, UpToDate e SciELO. Foram utilizados como descritores de busca os termos "cobertura vacinal", "impactos covid-19" e relacionados, utilizando como filtro os anos de 2020 a 2023. **Resultados:** Desde 2016, observa-se queda da cobertura vacinal, intensificada em virtude das medidas de restrição impostas pela COVID-19. Programas de imunização estão entre as estratégias responsáveis pela redução da mortalidade infantil em crianças menores de cinco anos. O impacto da queda vacinal na transmissão de doenças imunopreveníveis na saúde das crianças é preocupante. Em 2016, o Brasil foi reconhecido pela OPAS como área livre de circulação do vírus do sarampo, mas devido a redução da vacinação nos últimos anos, perdeu esse título. Os índices de cobertura vacinal referentes às doses de reforço sempre tiveram uma tendência de não contemplação da meta nacional, porém em um recorte pandêmico, os percentuais caíram exponencialmente, 32,34 pontos abaixo da meta nacional. Observou-se um impacto especialmente na faixa etária de 0 a 2 anos. **Conclusão:** Com essa revisão observou-se que mesmo antes da pandemia já havia uma queda nos índices de cobertura vacinal, mas devido ao isolamento e também ao aumento da desinformação o declínio foi ainda maior. A vacinação é uma estratégia eficaz para estimular o sistema imunológico, reduzindo a morbimortalidade. A queda na taxa de imunização favorece a presença de indivíduos suscetíveis a infecções, onde a presença de um único caso pode gerar um surto, ou até mesmo uma epidemia. Portanto, ressalta-se a importância do pediatra diante desse cenário em orientar, promover e esclarecer dúvidas dos pais e/ou responsáveis sobre a vacinação de seus filhos.

## PE-178 - ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS CASOS DE SÍFILIS CONGÊNITA NO RIO GRANDE DO SUL NO ANO DE 2023

Antônio Leal Pacheco<sup>1</sup>, Clara Régio Loeffler<sup>1</sup>, Karoline Renata Brambatti<sup>1</sup>, Eduarda Jovigelevicius<sup>1</sup>

1. Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

**Introdução:** A sífilis congênita é uma doença prevalente no estado e com potencial de sequelas graves se não tratada adequadamente. A doença pode ser evitada se a sífilis materna for identificada e tratada durante o pré-natal. **Objetivos:** Analisar o perfil epidemiológico da sífilis congênita no Rio Grande do Sul no ano de 2023. **Metodologia:** Estudo epidemiológico transversal descritivo a partir dos dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) no ano de 2023. As variáveis estudadas foram sífilis congênita, tratamento do parceiro, realização de pré-natal, ano, município, macrorregião e sífilis materna. **Resultados:** Dos 886 casos de sífilis congênita confirmados no estado, 53,72% estão concentrados na região metropolitana de Porto Alegre. A capital possui o maior número de casos (17,83%), seguida de Canoas (5,64%) e Santa Maria (4,74%), em segundo e terceiro lugar, respectivamente. Em relação ao ano anterior (2022), houve uma redução de 55,1% no número de novos casos. 74,26% dos diagnósticos de sífilis materna foram feitos no pré-natal, 17,26% durante o parto/curetagem e 2,48% após o parto. 27,76% dos parceiros de gestantes diagnosticadas com a doença realizaram tratamento para a patologia. 85,66% das mães de crianças diagnosticadas com sífilis congênita realizaram pré-natal, enquanto nos dois anos anteriores o número foi de 82,86% (2022) e 80,52% (2021). Foi registrado que 0,6% dos pacientes diagnosticados com a doença tiveram como desfecho óbito por sífilis congênita. **Conclusão:** Conclui-se que, em relação ao ano de 2022, houve uma queda significativa no número de casos confirmados de sífilis congênita no estado, no entanto, devido à gravidade da doença, é essencial que nos próximos anos a incidência siga diminuindo. É vital que as gestantes estejam cientes da importância de realizar o pré-natal para garantir que, caso a sífilis materna seja identificada na gestação, esta seja tratada adequadamente. Também é necessário que haja maior aderência dos parceiros à realização da antibioticoterapia para evitar a reinfecção da mãe, uma vez que menos de um terço dos parceiros foram tratados no ano em questão.